

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABANCO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsiderando as instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser removida, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2407258038M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

5º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral + Tribunais Regionais Eleitorais
TSE + TREs (Concurso Unificado)

CARGO:

Analista Judiciário – Área Judiciária

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

08/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

08/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TSE + TRES (CONCURSO UNIFICADO) – 5º SIMULADO –

CARGO 18: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITORIAL)

Língua Portuguesa

Lucas Lemos

Como superar o fim de um relacionamento?

A ciência explica

1 Ter o “coração partido” é uma das experiências mais traumáticas da vida. No entanto, de acordo com um estudo da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, acreditar que está fazendo algo para superar o término de um relacionamento, independente como, 5 pode ajudar a aliviar o sofrimento. Esse efeito placebo, segundo os cientistas, influencia regiões do cérebro associadas às emoções, liberando dopamina — um dos neurotransmissores responsáveis pelo sentimento de felicidade.

10 Durante décadas, pesquisas mostraram que as expectativas positivas, mesmo em tratamentos com pílulas sem ingredientes ativos na composição, podem aliviar mensuravelmente a dor. Neste estudo, os especialistas procuraram identificar o impacto do efeito placebo nas dores emocionais de uma rejeição romântica, por exemplo. “O término de um relacionamento é uma das piores 15 experiências emocionais que uma pessoa pode ter ao longo da vida e pode ser um gatilho para problemas psicológicos”, explicou ao Daily Mail Leonie Koban, um dos autores da pesquisa publicada no Journal of Neuroscience.

20 Para os pesquisadores, as recentes descobertas são importantes, considerando que rompimentos estão relacionados a um risco 20 vezes maior de desenvolver depressão em um ano. “Em nosso estudo, descobrimos que esse efeito placebo pode ter um grande efeito na redução dessa dor social”, disse Koban. “Só o fato de que você está se engajando em algo para benefício próprio, e que pode 25 lhe dar esperanças, já pode ter um impacto”, completou Tor Wager, coautor do estudo.

Disponível <http://veja.abril.com.br/saude/como-superar-o-fim-de-um-relacionamento-a-ciencia-explica/>

Julgue os itens subsequentes, referentes às características textuais e aos aspectos linguísticos do texto precedente, bem como às ideias nele veiculadas.

- 1 O texto, que é essencialmente narrativo e desenvolvido com base em uma história do cotidiano do narrador, é caracterizado como uma crônica.
- 2 Infere-se que remédios sem ingredientes ativos na composição são determinantes para superar o término de relacionamento, uma vez que só o fato de fazer algo já é suficiente para se recuperar rapidamente.
- 3 A expressão “efeito placebo” (terceiro período do primeiro parágrafo) compõe uma rede de significados que constrói a concepção de uma substância neutra que não tem efeitos nos pacientes.

- 4 A preposição “para” que introduz o terceiro parágrafo tem valor semântico de opinião.
- 5 A substituição do travessão (terceiro período do primeiro parágrafo) por uma vírgula manteria a correção gramatical e a ideia original, mas perderia a hierarquia das informações.
- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o substantivo “coração” é empregado conotativamente como nome abstrato.
- 7 A substituição da preposição “para” (segundo período do primeiro parágrafo) por “até” manteria a correção gramatical, mas implicaria alteração do sentido original do texto.
- 8 O sinal indicativo de crase em “associadas às emoções” (terceiro período do primeiro parágrafo) justifica-se pela contração da preposição **a**, exigida pelo adjetivo “associadas”, com o artigo definido feminino **as**, que determina o vocábulo “emoções”.
- 9 O verbo “desenvolver” (primeiro período do terceiro parágrafo) é intransitivo, por rejeitar um complemento objeto.
- 10 Os vocábulos “experiências” e “décadas” são acentuados graficamente pelo mesmo motivo.
- 11 No primeiro período do segundo parágrafo, a supressão da vírgula após “décadas” não comprometeria a correção gramatical nem ideia original do texto.
- 12 No segundo período do segundo parágrafo, as palavras “piores” e “emocionais” caracterizam o termo “experiências”.
- 13 A oração “que uma pessoa pode ter ao longo da vida e pode ser um gatilho para problemas psicológicos” (segundo período do segundo parágrafo) é indispensável para o sentido do texto, pois delimita a referência de independência.
- 14 No segundo período do primeiro parágrafo, a expressão “de um relacionamento” exerce a função de complemento nominal do substantivo abstrato “término”.
- 15 A oração destacada em “descobrimos que esse efeito placebo pode ter um grande efeito na redução dessa dor social” (segundo período do último parágrafo) exerce função sintática de objeto direto.
- 16 No primeiro período do último parágrafo, a inserção do sinal indicativo de crase no “a” em “rompimentos estão relacionados a um risco 20 vezes maior de desenvolver depressão” manteria a correção gramatical e a ideia original do texto.

- 17 O vocábulo “impacto” (segundo período do segundo parágrafo) exerce função de núcleo do objeto direto da forma verbal “identificar”.
- 18 O vocábulo destacado em “pode ter um **grande** efeito” (segundo período do último parágrafo) tem valor de substantivo.
- 19 O vocábulo “mensuravelmente” em “podem aliviar mensuravelmente a dor” (primeiro período do segundo parágrafo) tem valor circunstancial de modo.
- 20 O vocábulo “mais” em “é uma das experiências mais traumáticas da vida” (primeiro período do texto) exerce a função de pronomé indefinido.
- 1 A utilização de técnicas específicas voltadas para a elucidação de crimes e para o indiciamento de criminosos remonta a épocas pré-científicas. Um exemplo do uso da habilidade e imaginação individual relacionado à resolução de crimes pode ser vislumbrado 5 em Daniel: no século VI a.C., Daniel, com grande perícia, foi capaz de provar ao rei da Babilônia, Ciro, o Persa, que as oferendas prestadas ao ídolo Bel eram, na verdade, consumidas pelos sacerdotes e seus familiares; para tanto, Daniel fez que espalhassem cinzas por todo o piso do templo, onde eram colocadas diariamente oferendas; 10 no dia posterior, verificaram que, apesar de a porta continuar lacrada, pegadas compatíveis com a dos sacerdotes eram observadas no chão e que as oferendas haviam sido consumidas.
- 5 Já no século III a.C., há a clássica história do Princípio de Arquimedes. Conta Vitrúvio que o rei Hierão de Siracusa mandou 15 fazer uma coroa de ouro. Entretanto, quando a coroa foi entregue, o rei suspeitou que o ouro fora trocado por prata. Para solucionar tal dúvida, o rei pediu que Arquimedes investigasse o fato. Arquimedes pegou uma vasilha com água e, mergulhando pedaços de ouro e prata do mesmo peso da coroa, verificou que o ouro não fazia a água 20 subir tanto quanto a prata. Por fim, inseriu a coroa, que, por sua vez, elevou o nível da água até a altura intermediária, tendo constatado então que a coroa havia sido feita com uma mistura de ouro e prata. Assim, desvendou-se a fraude e desmascarou-se o artesão.
- 25 Outro caso que ilustra a fase pré-científica da criminalística é encontrado em informes da antiga Roma descritos por Tácito: Plautius Silvanus, sob suspeita de ter jogado sua mulher, Aprônia, de uma janela, foi levado à presença de César, que, por sua vez, foi 30 examinar o quarto do suposto local do evento e encontrou sinais certos de violência. O relato deixa claro que, desde a Antiguidade, foram desenvolvidas técnicas e exames com o intuito de solucionar crimes.
- Rodrigo Grazinoli Garrido e Alexandre Giovanelli.
- Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue os itens seguintes.
- 21 Por mais que o texto seja predominantemente dissertativo, é possível verificar nele, em determinados momentos, traços do tipo narrativo.
- 22 Infere-se, a partir da leitura do texto, que Daniel insinuou que os sacerdotes estariam consumindo as oferendas do ídolo Bel.
- 23 Arquimedes comprovou a suspeita de que o ouro da coroa do rei Hierão fora trocado completamente por prata.
- 24 Antes da investigação do caso de Arquimedes, ocorreram as investigações de Daniel a respeito das oferendas deixadas ao ídolo Bel.
- 25 Conclui-se do último parágrafo que a violência era legítima no caso investigado.
- 26 A inserção de vírgula imediatamente após “criminosos” (primeiro período do primeiro parágrafo) manteria a correção gramatical e a ideia original do texto.
- 27 No primeiro período do segundo parágrafo, a forma verbal “há” expressa existência, logo seria gramaticalmente correto substituí-la por **existe** sem alteração dos sentidos originais do texto.
- 28 No quarto período do segundo parágrafo, a forma verbal destacada em “o rei pediu que Arquimedes **investigasse** o fato” está no modo subjuntivo e indica a incerteza.
- 29 No terceiro período do segundo parágrafo, a substituição da forma verbal “fora trocado” por **tinha sido trocado** preserva a correção gramatical do texto.
- 30 A conjunção “Entretanto” (segundo período do segundo parágrafo) introduz uma oração com valor concessivo.
- 31 O deslocamento do pronomé “se” em “Assim, desvendou-se a fraude” (último período do segundo parágrafo) para antes do verbo – **se desvendou** – preservaria a correção gramatical do texto.
- 32 A substituição do termo “que”, no segundo período do texto, pelo elemento “cujas” mantém a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 33 No quinto período do segundo parágrafo, a forma verbal “fazia” indica a ação que provavelmente o leitor desempenhava repetidamente no passado.
- 34 A substituição de “onde” por **aonde** em “Daniel fez que espalhassem cinzas por todo o piso do templo, onde eram colocadas diariamente oferendas” (segundo período do primeiro parágrafo) não acarretaria prejuízo gramatical ao texto.
- 35 A vírgula empregada após “lacrada” (último período do primeiro parágrafo) pode ser suprimida sem prejuízo para a correção gramatical do texto.

- 36 No último parágrafo do texto, o sinal de dois-pontos após “Tácito” é usado para introduzir a fala do personagem.
- 37 No último período do primeiro parágrafo, a substituição da locução “apesar de” por **a despeito de** manteria a ideia original do texto.
- 38 A palavra “Aprônia” (primeiro período do último parágrafo) tem natureza explicativa e faz referência ao termo antecedente.
- 39 No primeiro período do texto, o termo “utilização” tem o sentido de **emprego**, permitindo a troca por este termo.
- 40 A preposição “para” (quarto período do segundo parágrafo), que expressa finalidade, introduz uma oração circunstancial.

Aspectos Culturais de Mato Grosso do Sul

1 A cultura de Mato Grosso do Sul é o conjunto de manifestações artístico-culturais desenvolvidas pela população sul-mato-grossense muito influenciada pela cultura paraguaia.

5 Essa cultura estadual retrata, também, uma mistura de várias outras contribuições das muitas migrações ocorridas em seu território.

10 O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado. É produzido com matérias primas da própria região e manifesta a criatividade e a identidade do povo sul-mato-grossense por meio de trabalhos em madeira, cerâmica, fibras, osso, chifre, sementes, etc.

15 As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, além da fauna e da flora, podem retratar tipos humanos e costumes da região.

CANTU, Gilberto. Disponível em: <http://profgilbertocantu.blogspot.com.br/2013/08/aspectos-culturais-de-mato-grosso-dosul.html> (com adaptações)

Considerando os aspectos semânticos e linguísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- 41 Depreende-se que a cultura de Mato Grosso do Sul é formada principalmente pela influência da cultura de vários povos migrantes e também pela influência secundária da cultura paraguaia.
- 42 No último parágrafo, a locução “além da” pode ser substituída sem prejuízo gramatical ou para o sentido do texto por: **apesar da**.
- 43 No segundo parágrafo, a substituição do termo “das” em “várias outras contribuições das muitas migrações” por **de** manteria a correção gramatical do texto.
- 44 O deslocamento da expressão “além da fauna e da flora” (último parágrafo) para o início do texto mantém a correção gramatical e o sentido original do texto, fazendo os devidos ajustes com letras maiúsculas e minúsculas, e acrescentando uma vírgula após a palavra “flora”.
- 45 A palavra “índigenas” (último parágrafo) é acentuada por se tratar de uma paroxítona.
- 46 A palavra “muito” em “muito influenciada pela cultura paraguaia” (primeiro parágrafo) pode ser substituída por **bastante** já que exerce a função de adjetivo.
- 47 No segundo parágrafo, as vírgulas têm natureza explicativa.
- 48 No primeiro período do terceiro parágrafo, todas as vírgulas foram empregadas para indicar uma enumeração.
- 49 O texto é predominantemente descritivo, já que caracteriza a cultura de Mato Grosso do Sul.
- 50 No primeiro parágrafo, a expressão “pela cultura paraguaia” desempenha a função de agente da passiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Sobre os princípios fundamentais, julgue o item.

- 51** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Sobre os direitos individuais, julgue o item.

- 52** A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Sobre a eficácia das normas, julgue o item.

- 53** “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” é considerada uma norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

Sobre a nacionalidade, julgue o item.

- 54** São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Sobre os direitos políticos, julgue o item.

- 55** O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Comum no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Sobre o Poder Legislativo, julgue o item.

- 56** É da competência privativa do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Sobre o Poder Executivo, julgue o item.

- 57** Compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, aprovado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

Sobre o Poder Judiciário, julgue o item.

- 58** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípua mente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.

Sobre o Poder Judiciário, julgue o item.

- 59** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os governadores e vice-governadores dos Estados e do Distrito Federal.

Sobre o Poder Judiciário, julgue o item.

- 60** Aos juízes federais compete processar e julgar todas as causas relativas a direitos humanos.

Direito Administrativo

Raphael Spyere

A respeito das organizações da sociedade civil de interesse público, da descentralização de competências públicas e da criação de empresas públicas, julgue as assertivas subsecutivas.

- 61** O termo de parceria firmado entre a administração e uma organização da sociedade civil de interesse público pode instituir a transferência de recursos orçamentários, a cessão de servidores públicos com ônus para o órgão cedente e a permissão de uso de bem público.

- 62** A transferência da execução do serviço público de infraestrutura aeroportuária a um consórcio privado mediante a celebração de concessão em parceria público-privada patrocinada, desde que precedida de diálogo competitivo, será enquadrada como descentralização por delegação ou cooperação.

- 63** A criação de uma empresa pública federal dependerá de ato de direito privado autorizado por lei específica.

Stuart, servidor público federal efetivo de um Tribunal Regional Eleitoral, teve sua lotação deslocada para outra sede. A motivação atribuída ao ato de remoção foi de que a unidade para onde estava sendo removido atravessava severa carência de mão de obra que poderia comprometer a eficiência das eleições municipais que se aproximavam. Irresignado, Stuart recorreu administrativamente pedindo a anulação da decisão sob o argumento de que sua remoção teve motivação política e o objetivo de puni-lo por divergência de opiniões. Tomando como referência o caso concreto apresentado, à luz do regime jurídico dos poderes, dos atos e dos processos administrativos, julgue.

- 64** Até que se prove o contrário, a remoção de Stuart está em conformidade com a lei e o direito, graças à autoexecutoriedade dos atos administrativos.

- 65** Se os argumentos de Stuart forem julgados procedentes, a remoção deverá ser declarada nula por abuso de poder.

- 66** Eventual ação judicial promovida por Stuart está condicionada ao exaurimento da via administrativa.

Julgue a assertiva a seguir sobre o controle judicial dos atos praticados pela administração.

- 67** **Situação hipotética:** John, servidor federal, ajuizou uma ação judicial alegando haver ilegalidade no indeferimento de um benefício estatutário que pleiteara. Em seus argumentos, John apontou que apesar de se tratar de concessão discricionária, o ato que lhe negou o exercício de liberdade deveria ter sido necessariamente motivado, o que não ocorreu. Com fulcro nesses argumentos, John pediu ao juízo competente que declarasse a nulidade do ato e a concessão do benefício. **Assertiva:** O juízo competente deverá julgar parcialmente procedente o pedido de John pois, apesar de haver ilegalidade na ausência de motivação, ao Judiciário é vedado se imiscuir no mérito de atos administrativos discricionários.

À luz das normas da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 14.133/2021, julgue as assertivas a seguir sobre o procedimento de contratação pública.

- 68** Na fase de apresentação de propostas e lances, a administração deverá exigir dos licitantes garantia de proposta, desde que o respectivo valor não exceda 1% (um por cento) do valor estimado de contratação.
- 69** Quando uma licitação tiver por objeto a compra de equipamentos pelo critério de menor preço, o prazo mínimo entre a divulgação do edital e a data para apresentação de propostas será de 8 dias úteis, e o modo de disputa será aberto.

Sobre as regras de acordo de não persecução civil previstas na Lei n. 8.429/1992, atribua o valor de certo ou errado ao item subsecutivo.

- 70** O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado conforme as circunstâncias do caso concreto desde que advenha como resultado o integral resarcimento do dano ou a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

Direito Eleitoral

Odair José

Caio e João foram eleitos prefeito e vice-prefeito, respectivamente, do município Alfa. No curso da campanha foram acusados de abuso de poder econômico, a ação promovida pelo Ministério Público Eleitoral somente foi julgada em definitivo no segundo biênio do exercício dos seus respectivos mandatos.

Analise o fato acima com base na legislação e jurisprudência eleitoral em vigor.

- 71** Em cumprimento ao imperativo constitucional, deverá ser realizada nova eleição para a cidade Alfa, a eleição será indireta e deverá ocorrer em até trinta dias a contar da cassação dos mandatos de Caio e João.

No dia 20 de agosto do ano eleitoral, Mévio, candidato a vereador, foi notificado da impugnação de sua candidatura.

Com base na legislação e jurisprudência eleitoral vigente, julgue o item a seguir.

- 72** Mévio poderá contestar a impugnação da sua candidatura em até sete dias corridos, não se aplicando, para esse fim, as regras estabelecidas no artigo 224 do Código de Processo Civil.

Julgue o item a seguir.

- 73** A fraude à cota de gênero terá, como consequência, a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles.

Julgue o item a seguir.

- 74** A configuração do crime de corrupção eleitoral exige pedido expresso de voto para sua configuração.

Julgue o item a seguir.

- 75** Na ação que visa a cassação de diploma em razão da captação ilícita de recursos, há litisconsórcio passivo necessário entre o eleito e os doadores de recursos.

Nos termos do que estabelece a Constituição Federal e a Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

- 76** A ação de impugnação de mandato eletivo é instrumento legítimo para a apreciação, sob a ótica de abuso de poder, de fatos ocorridos muito anteriormente à eleição, quando o produto da conduta ilícita for posteriormente empregado em campanha.

O Código Eleitoral, no seu artigo 323, tipifica como crime a conduta de “divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado”. A pena prevista é de detenção de dois meses a um ano ou pagamento de 120 a 150 dias-multa. Sobre esse tema, julgue o item a seguir.

- 77** Quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até metade.

Nos termos do que estabelece o Código Eleitoral, é crime a divulgação, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, de fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos.

Sobre a divulgação de fatos inverídicos, julgue o item a seguir.

- 78** Para configuração de crime eleitoral quando da divulgação de fatos inverídicos em relação a candidatos ou partidos, exige-se que os fatos tenham potencial para definir a eleição.

Julgue o item a seguir.

- 79** Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

Pedro, apesar de eleito vereador do município Alfa, teve o seu pedido de registro de candidatura indeferido por não dispor de todas as condições de elegibilidade, razão pela qual recorreu da decisão, tendo realizado todos os atos de campanha com sua candidatura *sub judice*. O seu recurso somente foi julgado em definitivo após a sua diplomação e posse. No julgamento, o Tribunal Superior Eleitoral manteve a decisão do Juízo de primeiro grau, reconhecendo a ausência de elegibilidade, condenando Pedro à cassação do diploma e consequente perda do mandato.

Acerca dos fatos narrados, julgue o item a seguir à luz da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor.

- 80** Os votos atribuídos a Pedro são válidos e, em razão da sua perda de mandato, serão contabilizados como votos do partido e o primeiro suplente deverá ser diplomado para tomar posse na vaga deixada por Pedro.

Izabela pretende se candidatar ao cargo de vereadora do município Alfa, contudo tem apenas 17 anos de idade, completará 18 anos apenas no dia 1º de agosto de 2024.

Com base na informação acima e tendo como referência a legislação eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

- 81** Izabela não dispõe da idade mínima para se candidatar a vereadora.

Julgue o item a seguir.

- 82** Não se admite candidatura avulsa, exceto quando a pessoa é filiada a um partido político com registro regular no Tribunal Superior Eleitoral.

Tendo como referência a legislação e a jurisprudência eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

- 83** Não há que se falar em ausência de quitação eleitoral de candidato enquanto a decisão que julgar suas contas de campanha como não prestadas encontrar-se *sub judice*.

Maria foi eleita deputada federal pelo partido Beta e, após dois anos de mandato, resolveu desfiliar-se do seu partido e ingressar em nova agremiação sob a alegação de forte divergência política com a direção executiva. Com base nas informações acima e tendo como referência a Lei n. 9.096/1995 acerca da fidelidade partidária, julgue o item a seguir.

- 84** Maria dispõe de justo motivo para desfiliar-se do partido Beta.

Tendo como referência a Constituição Federal, julgue o item a seguir.

- 85** Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundo Partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

Julgue o item a seguir com base no Código Eleitoral.

- 86** Todos os membros do Poder Legislativo são eleitos pelo sistema proporcional.

Tendo como referência a legislação eleitoral e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir acerca do sistema proporcional.

- 87** Apenas os partidos que tenham obtido pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral poderão participar da distribuição de vagas não ocupadas por meio do quociente partidário.

O partido Alfa tem registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral há três anos. O partido Delta participa regularmente das eleições há mais de dez anos.

Com base nas informações acima e tendo como referência a legislação partidária em vigor, julgue o item a seguir.

- 88** Há óbice a fusão entre os partidos Alfa e Delta.

Julgue o item a seguir.

- 89** O corregedor do Tribunal Superior Eleitoral será escolhido dentre os ministros oriundos do Supremo Tribunal Federal.

Julgue o item a seguir.

- 90** São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Direito Civil

Carlos Elias

- 91** O equipamento de monitoramento acoplado em caminhão é considerado pertença. Por essa razão, pode ser retirado pelo alienante antes da tradição do bem, salvo acordo expresso em contrário.

- 92** Nos negócios jurídicos, a impossibilidade inicial do objeto é causa de nulidade absoluta da avença, mesmo se a impossibilidade for relativa.

- 93** O negócio jurídico que o representante celebrar consigo mesmo é anulável, salvo se permitir a lei ou o representado. O prazo decadencial para pleitear essa anulação é de 2 anos, contados da data de conclusão do ato.

- 94** O fato de o condomínio ser um ente despersonalizado não impede que ele seja vítima de danos morais.

- 95** O marítimo tem domicílio necessário onde está matriculado o seu navio.

- 96** De acordo com a jurisprudência do STJ, o lugar onde a pessoa se hospeda temporariamente pode ser considerado seu domicílio para fins civis enquanto ela se encontrar nele.

- 97** Para que as fundações possam alterar seus estatutos, será necessário, entre outros requisitos, a aprovação do Ministério Públco no prazo de 45 dias, findo o qual, poderá ser suprido, de ofício, pelo juiz.

- 98** É nula a confissão decorrente de erro de fato ou coação.

- 99 A transferência de ativos e passivos sem efetiva contraprestação entre os patrimônios do sócio e da empresa caracteriza confusão patrimonial e enseja a desconsideração da personalidade jurídica.
- 100 A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos demais.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

- 101 Conforme entendimento do STJ, por ser regra que limita o pleno exercício de direitos fundamentais de ínole processual, em especial o contraditório e a ampla defesa, as hipóteses autorizadoras do julgamento de improcedência liminar do pedido devem ser interpretadas restritivamente, não se podendo dar a elas amplitude maior do que aquela textualmente indicado pelo legislador.
- 102 A suspensão pelo processo ocorrerá no caso de morte da parte, independentemente de serem direitos disponíveis ou indisponíveis, para o fim de possibilitar habilitação e sucessão processual, caso em que se verificarão atos indispensáveis à tramitação regular do feito.
- 103 Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas também não os beneficiarão.
- 104 Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denuncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- 105 Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o ente público pode intervir em ação possessória incidentalmente, podendo arguir qualquer matéria defensiva, inclusive domínio.
- 106 O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, poderá ser alvo de mediação, mas depende de homologação em juízo. Todavia, é dispensada a oitiva do representante do Ministério Público.
- 107 Conforme entendimento do STJ, no caso de conflito de competência, compete ao Tribunal Regional Federal decidir eventual conflito entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.
- 108 Da decisão denegatória do Superior Tribunal Federal acerca do preenchimento do requisito de repercussão geral, que lhe é de competência exclusiva no âmbito do recurso extraordinário, não caberá recurso.
- 109 Conforme prevê a Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717/1965) são anuláveis os atos lesivos ao patrimônio de entidades, nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade.
- 110 Conforme dispõe o Código de Processo Civil, para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

Direito Penal

Douglas Vargas

- 111 Segundo a doutrina, prevalece que não há crime, ameaça concreta ou lesão efetiva ao bem jurídico tutelado pela norma penal. Tal entendimento descreve o teor do chamado princípio da alteridade em Direito Penal.
- 112 Considerando os princípios básicos da doutrina penal, é possível afirmar que a responsabilidade de reparar o prejuízo que foi causado pelo crime imputado ao autor não pode alcançar os herdeiros, pois tal prática viola o chamado princípio da personalidade ou da individualização da pena.
- Segundo o Código Penal, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- 113 Tal norma, contida no art. 327 do CP, se consubstancia em exemplo de verdadeira interpretação doutrinária no âmbito do Direito Penal.
- 114 No âmbito do conflito aparente de normas penais, é correto afirmar que a norma considerada subsidiária descreve sempre grau maior de lesividade ao bem jurídico. Assim sendo, é objeto de aplicação, obrigatoriamente, de preceito secundário (pena) mais severo.
- 115 O Código Penal relaciona, em seu texto, quatro causas de exclusão da ilicitude. No entanto, o legislador preocupou-se em explicar detalhadamente os conceitos de apenas duas dessas quatro causas em seu texto.
- 116 Sob o ponto de vista da culpabilidade, uma vez que se comprove além de qualquer dúvida que o acusado possui desenvolvimento mental incompleto e que não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, deve-se afastar a imputabilidade, resultando na isenção de pena.
- 117 Em sede de concurso de pessoas, verificada que há participação de dois ou mais agentes no cometimento de um mesmo crime (mesma figura típica), deve ser aplicada a mesma pena para todos, não importando o grau de participação de cada um na empreitada delitiva.
- 118 É verdadeira causa de extinção da punibilidade a reparação do dano decorrente do peculato, culposo ou doloso, realizada por funcionário público, desde que realizada antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- Considere que João é psicólogo e atua na referida função como servidor público na esfera estadual. Em razão do cargo, tomou conhecimento de determinada informação, a qual deveria permanecer em segredo. Em conversa informal durante um evento social, João confidenciou o fato, que não deveria ter sido divulgado, a um amigo, o que acabou resultando em dano à administração pública.
- 119 Considerando a situação hipotética narrada, é correto afirmar que João praticou conduta formalmente definida como crime, na figura da chamada violação de sigilo funcional, em sua forma qualificada.
- José, policial, constrangeu um indivíduo preso, submetendo-o a uma situação vexatória não autorizada em lei. Restou comprovado que, para tanto, José não se utilizou de violência nem grave ameaça, reduzindo a capacidade de resistência do preso por outro meio.
- 120 Considerando a situação narrada, é correto afirmar que José praticou conduta tipificada formalmente como abuso de autoridade.

Redação Discursiva

Rafael de Oliveira

Casos de abuso de autoridade policial são levados à Corregedoria da PM e à Promotoria Militar em Belém

Imagens registraram cenas de agressões em duas abordagens da Polícia Militar.

Imagens de câmeras de segurança mostram policiais militares dentro de um bar em Belém no dia 3 de junho. A ordem era para fechar o local, por volta das 2h, já que bares só podem até 1h, de acordo com as regras de combate ao coronavírus. No entanto, o dono do bar disse que os policiais militares foram agressivos.

O empresário Rodrigo Fonseca afirma que apanhou dos policiais depois de questionar a abordagem da equipe. Nas imagens, ele aparece de camisa branca, imobilizado. Depois disso, ele foi levado à delegacia em uma viatura.

"Quando eu saí de trás do balcão, eles nem deixaram eu ir nas meses, já me cercaram dizendo que eu havia desacatado, e que eu iria com eles, neguei e nesse momento o soldado já veio e me aplicou uma 'gravata' e foi me puxando", ele relata.

Fonte: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/06/09/casos-de-abuso-de-autoridade-policial-sao-levados-a-corregedoria-e-a-promotoria-militar-em-belem.ghtml>

Considerando que o texto acima tem caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema.

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

1. Quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade. É crime comum? [valor: 3,50 pontos]
2. Os crimes da nova lei de abuso de autoridade, exigem dolo específico? Discorra [valor: 3,00 pontos]
3. O que é crime de hermenêutica. Discorra [valor: 3,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**TRIBUNAIS REGIONAIS – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
5º SIMULADO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA**

FOLHA DE RESPOSTAS

Item Respostas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Item Respostas	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Item Respostas	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Item Respostas	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Item Respostas	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Item Respostas	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Item Respostas	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Item Respostas	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

**Valorize seu tempo
e seu dinheiro:**

Estude para concursos com a única assinatura capaz de potencializar a sua compreensão do conteúdo e agilizar a sua aprovação. Só a **nova Assinatura Ilimitada 9.0 tem tudo na palma da sua mão**: são mais de 40 mil cursos com videoaulas e PDFs para todas as carreiras, 80 mil horas de audiolivros e 2,7 milhões de questões. E, agora, a Assinatura Ilimitada 9.0 está ainda mais tecnológica, confira:

NUNCA MAIS ESTUDE SÓ, APRENDA COM A MAIA

Além dos nossos mais de 500 professores especialistas, **agora você tem a MAIA**, a assistente educacional inteligente que está sempre pronta para tirar dúvidas, comentar questões e recomendar e comparar os cursos e os concursos alinhados aos seus objetivos.



CRONOGRAMA DE ESTUDOS ATUALIZADO

Edite o seu cronograma de estudos de acordo com a sua rotina: **mescle videoaulas com PDFs**, altere a sequência de conteúdos e selecione a quantidade de cursos que quiser.

ELIMINE EXCESSOS

Com os PDFs sintéticos do Gran, você nunca mais precisará se preocupar em resumir o que estudou. Eles são resumos completos, objetivos e esquematizados, voltados para o estudo otimizado das matérias.

MAIS TECNOLOGIA E USABILIDADE

A nova plataforma de estudos passou por uma remodelação na estrutura do menu. A página de cursos foi atualizada e o material de boas-vindas vai te surpreender ao explicar de maneira ágil como usar a plataforma. **Agora, você pode contar com app para o seu desktop**, implementação do modo noturno e Gran Comunidade na sala de aula.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora